

José Hugo descarta compromisso de Sarney com lista de Tancredo

31 MAI 1985

BRASILIA — O Ministro-Chefe do Gabinete Civil, José Hugo, disse ontem que o Presidente José Sarney não tem qualquer compromisso com a lista de 33 nomes escolhidos por Tancredo Neves para compor a Comissão Constitucional. Segundo o Ministro, a lista poderia sofrer alterações mesmo com Tancredo na Presidência.

José Hugo fez as declarações após encontro com o Presidente do Senado, José Fragelli, a quem foi manifestar a necessidade de um entrosamento maior entre Executivo e Legislativo.

Indagado se Sarney pretende constituir uma comissão menor do que a desejada por Tancredo, o Ministro informou que ainda não há definição sobre o número de integrantes.

— Este assunto será tratado após a convocação Constituinte — explicou, afirmando também que o Presidente enviará, nos meados de junho, a emenda ao Congresso dando poderes constituintes aos parlamentares a serem eleitos no próximo ano.

Segundo o Ministro, ao decidir encaminhar ao Congresso a mensagem, o Presidente acha que está cumprindo um dever e uma tradição da História. O envio da emenda, contudo, não está vinculado, conforme explicou, à votação — marcada para o dia 12 — da proposta do Líder do PTB, Gastone Righi, que também convoca a Constituinte.

— A data certa do envio da mensagem não está definida, pode vir antes ou depois da votação da emenda Righi, pois uma coisa não depende da outra — esclareceu.

X
Anci-
CPEC

Arinos diz que desconhecia e encaminha outra relação

BRASILIA — O Presidente da Comissão Constitucional, Afonso Arinos, afirmou ontem desconhecer que o Presidente Tancredo Neves tenha elaborado uma lista de 33 nomes, divulgada pela imprensa, para integrar a Comissão. Arinos disse que entregou quarta-feira ao Presidente José Sarney outra lista, para se examinada.

O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, — que guardou a lista escolhida por Tancredo e a entregou a Sarney — afirmou que Arinos, numa conversa dois dias antes da hospitalização de Tancredo, ouviu alguns dos nomes indicados e chegou a fazer sugestões.

— Dessas sugestões, foram feitas outras citações. Ontem o doutor Afonso Arinos nomeou outras pessoas ao Presidente. Eu ainda não tomei conhecimento, não sei se vai além daquelas indicadas ou se ratifica alguns nomes — disse o Ministro.

Arinos não quis adiantar os nomes que sugeriu ao Presidente, mas disse que a Comissão está sob sua jurisdição e “não se fará sem que eu esteja de acordo”.

Lyra afirmou que a Comissão poderá ter cerca de 50 membros. Segundo ele, alguns nomes da relação que entregou ao Presidente “indubitavelmente farão parte da Comissão”, pois

esta, apesar de composta de “notáveis”, terá a participação de todos os segmentos da sociedade.

O nome do Secretário Executivo da Comissão, jornalista Mauro Santayana, foi ratificado por Sarney. Arinos afirmou ter conversado com o Senador Fernando Henrique Cardoso, escolhido para Rlator da Comissão, mas considerou que poderá haver dificuldades para sua participação se ele for candidato à Prefeitura de São Paulo.

Arinos afirmou também que não participará do processo de convocação da Constituinte, mas que a fórmula “mais fácil” seria o envio de uma mensagem do Presidente ao Congresso. Segundo ele, o Presidente tem prerrogativas constitucionais para propor emendas ao Congresso e sua iniciativa teria que ser submetida ao Legislativo.

Ele admitiu que a iniciativa poderia, tecnicamente, partir do Legislativo, mas considerou que “é muito estranho que o Congresso tome esta iniciativa sem ouvir o Presidente da República”. Arinos considerou inteligente a tese de um plebiscito para referendar a convocação da Constituinte, acrescentando, entretanto, que a proposta é desnecessária, além de dispendiosa.

Decreto da Comissão será assinado no próximo mês

BRASILIA — O Presidente José Sarney deverá assinar em junho, o decreto de criação da Comissão Constitucional, informaram ontem o Ministro da Justiça, Fernando Lyra, e o Presidente da Comissão, jurista Afonso Arinos. Lyra e Arinos almoçaram com o assessor presidencial Célio Borja, com quem acertaram que a Comissão deverá ser instalada com solenidades no Ministério da Justiça (que fornecerá a infraestrutura necessária a seu funcionamento) e no prédio do Itamaraty no Rio.

A Comissão funcionará na Fundação Getúlio Vargas, em Brasília, e seus membros se reunirão também no Rio, São Paulo e no Nordeste. Esta fórmula para funcionamento da Comissão — que será um organismo autônomo, sem subordinação a órgãos do Executivo — encerra as divergências sobre onde ela se reunirá.

Após o almoço na casa de Lyra, considerado “muito cordial”, tanto o Ministro quanto o jurista negaram desentendimentos:

— Nunca houve desentendimentos entre mim e Fernando Lyra. Vocês criaram um simulacro que, felizmente, foi desfeito pelos fatos — afirmou o ex-Chanceler.

— Foi uma conversa muito boa, que realmente traduz o entendimento de homens públicos que têm responsabilidade com o momento — disse Lyra, explicando que este segundo encontro com Afonso Ari-

nos, “consolidou e confirmou tudo o que foi acertado no primeiro encontro”, dia 13 de março.

Lyra disse que apenas o Presidente da República determinará a data de criação da Comissão, mas assegurou que o decreto sairá em junho. Segundo o Ministro, o ato de criação da Comissão independe da convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

— São trabalhos paralelos, mas não precisam ser convocados na mesma hora — disse.

O Ministro rejeitou as críticas de que a Comissão poderá restringir o trabalho da Assembleia Nacional Constituinte. A seu ver, é justamente o contrário, pois o esboço do anteprojeto estará pronto ainda este ano e representará uma contribuição “inestimável” para que haja um grande debate sobre a Constituinte.

Arinos também não concorda que o projeto vá restringir a Constituinte. De acordo com ele, o texto do anteprojeto será “conciso e preciso”, mas detalhará os diversos capítulos constitucionais.

● A opção pelo envio ao Congresso de uma emenda constitucional do Presidente já é praticamente uma decisão: em sua defesa estão o Ministro José Hugo, do Gabinete Civil, e o Assessor especial do Presidente, Célio Borja. Segundo um Assessor, o Presidente espera ainda que Ulysses Guimarães assumo o comando da campanha pela Constituinte, bem como dos trâmites a ela ligados no Congresso.

ANC 88
Pasta Fev/Dez 85
042

Sepúlveda compara Comissão a ‘bucha de canhão’: vai deflagrar o debate

A Comissão que fará o esboço do anteprojeto da Constituição será uma espécie de “bucha de canhão” para provocar o debate e receber críticas, adendos e sugestões de toda a sociedade e do universo político no ano que preceder a eleição da Assembleia Constituinte.

Esta é a idéia que o Procurador-Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, faz da Comissão Constitucional a ser presidida pelo jurista Afonso Arinos. Em entrevista ontem no Rio, após palestra na Escola Superior de Guerra sobre o papel do Ministério Público na Constituinte, ele descartou que a Assembleia Nacional terá papel meramente homologatório:

— Jamais se pensou em uma Assembleia quase homologatória. Tanto que nas formulações da Comissão prevê-se que o esboço deverá estar pronto a 15 de novembro deste ano, para servir de orientação do debate no ano pré-Constituinte.

Sepúlveda acha uma utopia pensar-se em fazer uma Constituição esquemática, reduzida ao esboço de estrutura dos poderes do Estado e à declaração clássica sobre os

direitos individuais. Em sua opinião, em uma época em que o Estado é constantemente chamado a agir como mediador de conflitos, é preciso que sejam discutidas as linhas básicas da interferência do Estado.

Ele espera também que da futura Constituição constem mecanismos de defesa contra qualquer ação política violenta e torce para que ela assegure os “mecanismos políticos de disputa para a conquista do poder”, salientando que “isto todo Estado tem que ter”.

O Procurador-Geral da República não concorda que chamem a Comissão da Constituição de “elitista e autoritária” e elogiou o jurista Afonso Arinos que, “além da tradição familiar, é um jurista e um homem eminente”.

Quanto às críticas do Presidente da OAB, Herman Baeta, à Comissão, Sepúlveda observou que a entidade teve um papel decisivo como um dos centros de mobilização da sociedade civil contra o autoritarismo e comentou que este papel não se encerra com a liberalização do regime.

Americano fala da sua Constituição

O jurista Walter Berns, pesquisador e professor de Estudos Jurídicos do American Enterprise Institute, falou ontem para advogados cariocas, na Associação do Ministério Público, sobre a mais antiga Constituição ainda vigente no mundo, a dos Estados Unidos, que completa 200 anos em 1987.

Ele disse que nos Estados Unidos não existe o Governo de partido político, apesar desse tipo de Executivo ser mais popular em outras nações. Ali o Governo precisa conciliar para fazer aprovar as leis e o orçamento; e, através da força da conciliação, se obtém a moderação. Entende Berns que um Governo moderado não priva as pessoas dos seus direitos.

Afirmou o jurista que o sistema criado em 1787, apesar de ter passado o País por uma guerra civil, “conseguiu se tornar o mais antigo do mundo porque é simples”. A Constituição americana tem cerca de sete mil palavras, enquanto a Constituição do Estado de Louisiana, que tinha mais de 300 páginas, não sobreviveu.